

Ulysses teme que Carta não fique pronta em 87

Nem mesmo o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, acredita mais que a futura Constituição brasileira possa ser promulgada no dia 15 de novembro, como é de seu desejo. Ele disse ontem que a promulgação do novo texto constitucional só deverá acontecer no mês de dezembro, assim mesmo com a aceleração dos trabalhos das comissões e subcomissões temáticas.

Ulysses está preocupado. Ele argumentava que a Constituição precisa estar pronta e promulgada ainda este ano, sob pena de frustrar a população brasileira, que vê na nova Carta uma espécie de remédio para todos os seus males.

Exatamente para assegurar a promulgação do texto constitucional neste ano de 87, o presidente da Constituinte pretende acelerar os trabalhos das comissões e subcomissões, com a realização de sessões nos sábados e domingos e, até a eliminação do recesso de julho.

E isso que ele vai discutir com os presidentes e relatores das comissões e subcomissões temáticas na próxima quinta-feira à tarde. Ulysses promoverá uma reunião com todos eles, quando falará de sua preocupação com o tempo, escasso, e pedirá rapidez nas discussões dos temas, com a redução dos prazos o quanto possível.

Uma das formas será o trabalho nos finais de semana. Ele entende que, devido à falta de sessões plenárias, os sábados e domingos podem ser mais rendosos para a discussão dos temas a serem tratados pela Constituinte. Observa também que não há razão para o recesso do mês de julho, sugerindo que os constituintes tenham, neste mês, uma semana de descanso.

Outra forma para apressar a elaboração do texto constitucional, segundo Ulysses Guimarães, é reduzir, o quanto puder, a discussão de temas de di-

GILBERTO ALVES



Ulysses e Aparecido tiveram longa conversa

reitos que, observa, já estão assegurados, faltando apenas dar-lhes uma nova redação. E o caso dos direitos coletivos envolvendo o direito de locomoção, liberdade de expressão e associação etc. Para isso, ele conta com a ajuda do jurista Miguel Reale Júnior, que chegou ontem a Brasília.

Falou também dos direitos modernos, dependentes

do Estado, tais como direito à educação, saúde e lazer, e notou que alguns temas provocarão grandes discussões, como a liberdade sindical, a questão fundiária e, especialmente, a matéria sobre sistema de Governo que, alertou, "terá um debate profundo".

CORREDOR POLONÊS

O deputado Ulysses Guimarães provou um pouco

de sua popularidade ao visitar o Comitê de Imprensa do Senado, onde se dava a posse de seu novo presidente eleito, o jornalista João Emílio Falcão. O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte levou quase uma hora para vencer os tapetes verde e azul da Câmara e do Senado Federal.

Encontrou-se, primeiramente, com o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, a quem pediu a inclusão de mais uma mulher na Comissão de Sistematização, atendendo a reivindicação das constituintes. Covas brincou que "você está ficando muito mulherengo".

Conversaram por mais alguns minutos, e lá foi o presidente da Constituinte, de abraço em abraço, de aperto de mão e tapinhas nas costas até a porta do Comitê de Imprensa do Senado, quando se encontrou com o ministro Aureliano Chaves, a quem soprou alguma coisa no ouvido. A resposta do ministro das Minas e Energia veio logo depois de uma gargalhada: "E o caminho natural, ele não pode fugir disso, estamos de acordo".

Depois dos cumprimentos ao novo presidente do Comitê de Imprensa, Ulysses voltou para uma longa conversa com o preocupado governador do Distrito Federal, José Aparecido. Foi uma conversa recheada de termos como "estabilidade, revolução, preocupação, saída...".

Q clima só foi quebrado pela deputada Márcia Kubitschek, que cumprimentou entusiasmada o governador José Aparecido e o deputado Ulysses Guimarães, aos quais chamou de "meus dois queridos". Daí pra frente enfrentou mais alguns apertos de mão, e ouviu, numa rápida conversa com o seu 1º secretário, Marcelo Cordeiro, a sugestão de que seja suspensa a sessão plenária na quinta-feira da próxima semana, de forma a permitir um trabalho mais eficiente nas comissões.

Governo mostra incompetência

FRANCISCO DIÓGENES*

Não é difícil identificar a incompetência da atual gestão econômica, bem como o alto custo que a sociedade está pagando, caso não se dê um "basta" nas ações irresponsáveis dos homens encastelados no Ministério da Fazenda e órgãos vinculados.

A ciência econômica não é uma ciência experimental; mas no Brasil, o povo é tratado como ratos de laboratório para as empíricas experimentações dos gestores da economia: congela preços, descongela preço; sobe taxa de juros, baixa taxa de juros; expande a base monetária, contrai a base monetária; aumenta impostos, diminui impostos; tudo sem o menor embasamento, num processo de experimentação que não pode ser feito com gente.

E o povo tem sentido os resultados: inflação, estrangulamento das contas externas e um rápido e inevitável reencontro com a tal terrível recessão.

Toda a sociedade brasileira aplaudiu o lançamento do Plano Cruzado. Os homens mais experientes e cautelosos souberam interpretar, entretanto, que aquelas medidas econômicas, embora de concepção válida, teriam necessariamente de ser acompanhadas de outras mais corajosas e menos populistas, para que no final os resultados fossem favoráveis e razoáveis. Se não fosse assim, os ganhos salariais incontestáveis que se conseguiu no início — cerca de 30 por cento — seriam verdadeiros presentes de "Papai Noel", e bastariam repetir a mesma política por mais cinco ou seis anos e o Brasil seria a nação mais rica do mundo; o presidente Sarney ganharia mais uma imortalidade; e os economistas do Governo esgotariam as cotas de Prêmio Nobel de Economia pelos próximos 10 anos. Mas é claro que Papai Noel não existe e estamos começando a sentir o gosto da desilusão. O Governo Federal preferiu ganhar as eleições estaduais, sustentando preços de mercadorias inexistentes pela força da polícia do que dizer a verdade à população e tomar no tempo certo as medidas complementares inevitáveis ao ajustamento do Plano Cruzado.

Em 22 de novembro de 1986, sete dias após o pleito eleitoral, vieram as medidas complementares incorporadas no chamado Cruzado II. Um desastre!

Foi a primeira grande manifestação de incompetência. Para esfriar a demanda superaquecida da economia, que já dava mostras de uma inflação reprimida a estourar a qualquer hora, optou o Ministério da Fazenda por uma duplicação de preços do que ele considerava superfluo — bebidas, cigarros — através de violento aumento da alíquota do IPI, além de significativo acréscimo nos preços dos derivados de petróleo e automóveis, o que induziram à explosão inflacionária generalizada. E lembre-se que as autoridades justificaram, na época, o aumento daqueles preços para obterem, via aumento do IPI, a arrecadação tributária necessária à eliminação do déficit fiscal, grande "bode expiatório" da nossa inflação.

Indago então: foi eliminado o déficit fiscal quatro meses depois? Houve melhoria significativa, pelo menos, nessa conta? Se houve, por que o Banco Central continua derramando títulos no mercado financeiro, através do "open market", pressionando as taxas de juros para a estratosfera? E por falar em taxas de juros, sabe-se que o Banco Central fixa a remuneração das Letras do Banco Central (LBC) procurando igualar sua taxa de desconto à inflação prevista. Além de ser isso uma indução à inflação inercial, que tanto foi condenada pelo Plano Cruzado I, perguntaria, ainda, em que base teórica se sustenta tal política, que origina todo o nível das taxas de juros do mercado, com "spreads" que estão arrasando o setor produtivo da economia, sobretudo as pequenas e médias empresas, e explodindo os lucros dos bancos.

Lembramos que as taxas de juros internacionais que equilibram todo o mundo capitalista ocidental situam-se hoje em torno de 7 por cento ao ano, e que quando atingiram seus maiores níveis há poucos anos, em torno de 20 por cento, causaram em nossa economia estragos responsáveis por grande parte de nossa astronômica dívida externa e a conseqüente recessão dos últimos anos.

Internamente, porém, julgam as autoridades econômicas que seja possível atingir a estabilidade por essa política. Além do Banco Central estabelecer a taxa base de juros da LBC por critérios cabalísticos, até mesmo na hora de definir sua magnitude seus técnicos erraram. Erros graves, como ocorreu em fevereiro deste ano. Na tentativa de igualar o rendimento da LBC à projetada inflação, erraram os técnicos na manipulação da planilha dos índices de preços, estourando as taxas de juros e gerando rendimentos de caderneta de poupança acima de 20 por cento, quando na realidade deveriam situar-se pouco acima de 14 por cento pelos mesmos critérios. Qual o custo social de um erro deste, em termo de má alocação de recursos na economia? Pois bem, em qualquer país sério do mundo, um erro primário dessa magnitude seria suficiente para a destituição de toda a equipe responsável, inclusive ministro de Estado. Mas no Brasil seus autores não são sequer admoestados, e continuam a cometer seus "delitos".

No âmbito externo, nossa situação deteriorou-se a ponto de pedirmos moratória, a grande bandeira do partido que ora suporta o governo federal. Em nome da soberania nacional, em nome do não sacrifício do crescimento econômico e da renúncia à miséria, deixamos de cumprir nossos compromissos externos. São até válidos esses argumentos que justificaram a moratória, tendo esta sido mesmo aplaudida por grande parte da sociedade. Mas não houve, entretanto, nenhuma alteração de preços internacionais que levasse a uma deterioração de nossas contas externas a ponto de destruir nossas reservas cambiais e nossa balança comercial. A moratória é, portanto, a grande desculpa para a incompetência de uma política que insistiu em fazer magia no ano que passou, importando bens de consumo para fins eleitorais e desviando para o mercado interno aqueles bens que outrora geravam divisas.

O atual Governo não decide. Age por indecisões. Este Governo é só de dúvidas. Este Governo não une. Desune. Este Governo é inconstante. Só a história precisará os custos decorrentes de sua incompetência. Trabalhadores, empresários, o povo está à deriva. Não temos rumos que nos levem a racionalizar, minimizar riscos. Estamos na iminência do caos econômico e político.

Sistematização pode ter relator hoje

Depois de sucessivas reuniões realizadas ontem em seu gabinete, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, não conseguiu definir se vai propor, hoje, na bancada do partido, o adiamento da eleição do relator da Comissão de Sistematização, algo que discutiu por mais de uma hora com o deputado Pimenta da Veiga. Ambos são candidatos ao cargo, junto com Bernardo Cabral, que considerou o encontro dos dois sem a sua presença uma forma de conspirar contra seu nome. A bancada do PMDB se reúne a partir de nove horas para escolher o relator. Pimenta da Veiga saiu do

gabinete de Fernando Henrique Cardoso falando na condicional. Disse que se houvesse eleição, disputaria, mas se fosse proposto o adiamento, apoiaria. Bernardo Cabral prefere que a escolha se dê logo, pois acha que a Constituinte deve começar a trabalhar imediatamente e já perdeu tempo demais administrando pretensões partidárias.

O líder do PMDB no Senado não se definiu sobre a proposta de adiamento porque passou o dia tentando contactar com o líder na Constituinte, Mário Covas, sem sucesso. Ele estava fora de Brasília quando a eleição do relator pela ban-

cada foi decidida e, por isso, acha que demorar mais algumas horas para chegar a esse nome serviria às negociações dentro do partido. Mais uma vez defendeu um acordo como forma de conciliar os interesses.

Pimenta da Veiga acha que a disputa foi uma decisão democrática do líder Mário Covas e, nesse aspecto, também concorda Bernardo Cabral. Fernando Henrique acredita que seria melhor buscar um acordo que promovesse a conciliação, tanto assim que chegou a admitir a possibilidade de desistir da disputa, deixando apenas os outros dois candidatos.

O líder do PMDB na Câ-

mara, Luiz Henrique, negou que tenha o deputado Pimenta da Veiga como seu candidato, alegando que na sua condição, o nome escolhido pelo partido terá seu apoio. Defendeu a eleição pela bancada e disse que não tinha uma avaliação sobre a força de cada um dos candidatos.

Nenhum dos candidatos revelou as propostas que farão no discurso programado para a bancada, hoje, se houver a eleição. Cada um vai dispor de 20 minutos para expor suas idéias. Apenas Bernardo Cabral disse que apesar de progressista, adotaria uma posição de "nem tanto ao mar nem tanto à terra".